

## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

**PROCESSO Nº. 0078/2021**

**EDITAL Nº. 0002/2021**

**NORMA APLICÁVEL: NCCA – NORMA DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES  
DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU - BRASIL**

### **1. PREÂMBULO**

- 1.1.** A **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL (FUNDAÇÃO PTI-BR)**, com sede na Avenida Tancredo Neves, 6731, Parque Tecnológico Itaipu, CEP 85867-900, Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.769.688/0001-18, nos termos da **NCCA – NORMA DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL**, representada pelo Comitê Permanente de Avaliação Competitiva nomeada pela **Resolução do Conselho Diretor nº. 137/2020 de 06 de novembro de 2020**, torna público que realizará a **Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar nas dependências da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu-PR.**
- 1.2.** O inteiro teor deste Edital, incluindo seus Anexos, estará disponível no endereço eletrônico da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil (Fundação PTI-BR): [www.pti.org.br](http://www.pti.org.br).
- 1.3.** O processo de credenciamento de que trata este edital obedecerá às seguintes etapas:
- a) Entrega do requerimento de credenciamento acompanhado de toda a documentação exigida, no endereço estabelecido neste Edital;
  - b) Análise documental;
  - c) Habilitação;
  - d) Divulgação dos prestadores habilitados;
  - e) Realização de sorteio entre os credenciados na primeira etapa;
  - f) Contratação conforme necessidade da Fundação PTI-BR;
  - g) Acompanhamento da execução da contratação.
- 1.3.1.** As atividades previstas dos itens “b” à “e” competem aos membros do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva da **Fundação PTI-BR**.
- 1.3.2.** O acompanhamento de que tratam os itens “f” e “g” será realizado pela área de

Assessoria de Comunicação.

**1.4. São parte integrante deste edital os seguintes anexos:**

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência
<b>ANEXO II</b>	Modelo de Requerimento de Credenciamento
<b>ANEXO III</b>	Documentos de Habilitação
<b>ANEXO IV</b>	Modelo de Declaração de Me/EPP
<b>ANEXO V</b>	Modelo de Solicitação de Entrada
<b>ANEXO VI</b>	Minuta da Ordem de Serviços
<b>ANEXO VII</b>	Modelo de Termo de Renúncia

**2. DO OBJETO**

**2.1. Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar nas dependências da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu-PR, em conformidade com o Anexo I deste Edital.**

**2.2.** Este procedimento definirá as pessoas jurídicas habilitadas ao credenciamento que, após formalização, ficarão autorizadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

**3. DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** Serão indicados no momento da contratação do credenciado.

**4. VIGÊNCIA**

**4.1.** O termo de credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, de acordo com o previsto na NCCA – Norma de Compras, Contratações e Alienações da Fundação PTI - BR, desde que atendidos aos requisitos a seguir:

- a) Demonstração da permanência do interesse da Fundação PTI-BR;
- b) Prova de compatibilidade dos preços vigentes com os praticados pelo

mercado.

- 4.2.** Durante o período de vigência, qualquer interessado poderá requerer seu credenciamento para prestação dos serviços objeto deste edital.

## **5. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E DOS PREÇOS**

- 5.1.** A descrição detalhada do objeto e especificação técnica dos serviços a serem prestados estão descritos no **item 3** do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

- 5.2.** Os preços devem ser conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE MEDIDA/ MODALIDADE	TEMPO DA DIÁRIA	VALOR
01	Ambulância Tipo B	Diária	8 Hs	R\$ 1.879,39
02	Ambulância Tipo B	½ Diária	4 Hs	R\$ 1.131,61
03	Ambulância Tipo D	Diária	8 Hs	R\$ 4.102,66
04	Ambulância Tipo D	½ Diária	4 Hs	R\$ 2.407,53
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 9.521,19</b>

## **6. DOS ESCLARECIMENTOS DO CREDENCIAMENTO**

- 6.1.** Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo de credenciamento poderão ser enviados ao membro do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva, 03 (três) dias úteis após a publicação do edital, preferencialmente por meio eletrônico, no e-mail [avaliacao.competitiva@pti.org.br](mailto:avaliacao.competitiva@pti.org.br), ou via telefone (45) 3576-7234.

- 6.1.1.** Nos pedidos enviados por e-mail, no campo “assunto” deverá constar o número do processo ou o número do edital.

**EXEMPLO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0002/2021 – PROCESSO Nº 0078/2021 – ESCLARECIMENTOS**

- 6.2.** A FUNDAÇÃO PTI-BR, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas fornecerá e esclarecerá as informações requisitadas.
- 6.3.** O prazo poderá ser prorrogado, por conveniência da Fundação PTI-BR, afim de proporcionar resposta concreta. Nesse caso, o prazo necessário será informado por e-mail.
- 6.4.** As perguntas e respostas estarão disponíveis a todos os interessados no link <https://www.pti.org.br/pt-br/avisos-de-editais>, e constituirão parte integrante deste Edital.

## **7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 7.1.** Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até 3 (três) dias úteis após a publicação do edital.
- 7.2.** A FUNDAÇÃO PTI-BR processará, julgará e decidirá a impugnação interposta em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição da impugnação
- 7.2.1.** Na hipótese de o prazo referido no item anterior ser insuficiente, a FUNDAÇÃO PTI-BR, justificadamente deverá promover o adiamento da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 7.3.** A impugnação deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail [avaliacao.competitiva@pti.org.br](mailto:avaliacao.competitiva@pti.org.br)
- 7.4.** Compete a autoridade competente e aos membros do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva, signatários do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.
- 7.5.** Na análise das impugnações, procurar-se-á, sob a luz da boa-fé, a preservação da avaliação competitiva e dos negócios jurídicos dela decorrentes.
- 7.6.** Se a impugnação for julgada procedente, a **FUNDAÇÃO PTI-BR** declarará:
- I – Na hipótese de ilegalidade insanável, a nulidade absoluta da avaliação competitiva ou ato eivado de vício, a depender da situação concreta;
- II – Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, promover-se-á a correção do ato, devendo:
- a) republicar o aviso da avaliação competitiva, devolvendo o prazo de publicidade, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os fornecedores já inscritos.

**7.7.** Se a impugnação for julgada improcedente, a Fundação PTI-BR deverá comunicar a decisão a todos os interessados, dando seguimento ao processo.

**7.8.** Os avisos, as impugnações, os pedidos de esclarecimentos e os respectivos posicionamentos do membro do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://www.pti.org.br>, para conhecimento da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## **8. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

**8.1.** A Fundação PTI-BR poderá anular ou revogar os processos de seleção de fornecedores independente da modalidade, a qualquer tempo, por meio da autoridade competente, mediante justificativa, sem que o fornecedor tenha direito a qualquer tipo de compensação ou indenização, conforme a NCCA.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**

**9.1.** Poderão participar do processo de credenciamento as pessoas jurídicas legalmente autorizadas para a prestação de serviços objeto deste edital, que aceitem as condições estabelecidas no termo de referência e que contenham a documentação necessária para a habilitação.

**9.2.** Os interessados habilitados, após análise da documentação apresentada, serão credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos e contratados conforme necessidade da Fundação PTI-BR.

## **10. DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO**

**10.1.** É vedada a aquisição de bens e a contratação de obras ou serviços com:

**10.1.1.** Aqueles que estiverem sob regime falimentar ou de insolvência civil;

**10.1.2.** Aqueles que forem considerados inadimplentes e/ou inidôneos perante a própria Fundação PTI-BR;

**10.1.3.** Seus administradores, membros dos órgãos estatutários e empregados da Fundação

PTI-BR e da Itaipu, ainda que cedidos;

- 10.1.4.** Pessoa jurídica cujo administrador ou sócio tenha poder de direção familiar, em linha reta ou colateral até 2º grau, de qualquer empregado ou colaborador que atue na área responsável pela demanda ou contratação de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito da instituição;
- 10.1.5.** Empresa de que participem pessoa a que refere o item 10.1.3 ou exerçam funções de direção ou administração, exceto no caso de participação de até 5% (cinco por cento) como acionista de empresa de capital aberto ou entidade sem fins lucrativos.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1. Ao CREDENCIADO cabe:**

- 11.1.1.** A CONTRATADA deverá cumprir com toda a descrição do serviço constante no Termo de Referência e na sua proposta comercial, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.1.2.** Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e da sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas no Termo de Referência e na proposta;
- 11.1.3.** Com base na Portaria 2.048/2002 do Min. Da Saúde, a CONTRATANTE poderá solicitar em qualquer tempo para CONTRATADA apresentar as seguintes documentações dos profissionais designados para executar os serviços deste objeto.
- 11.1.4.** O enfermeiro deverá possuir termo de responsabilidade técnica do COREN e habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
- 11.1.5.** O motorista deve possuir carteira nacional de habilitação – CNH, categoria D e certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da normalização do COTRAN.
- 11.1.6.** O Médico deverá possuir termo de responsabilidade técnica no CRM e habilitação para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
- 11.1.7.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.1.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo

com os artigos 14, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 11.1.9.** Responsabilizar-se pela Regulação Médica, junto as entidades competentes para definir um plano de deslocamento de acordo com a enfermidade de cada paciente.
- 11.1.10.** Providenciar a substituição, imediata, da ambulância no caso de apresentar defeito que prejudique a prestação do serviço.
- 11.1.11.** Utilizar na prestação de serviços, veículos, em perfeito estado de conservação e que atendam as especificações do Código de Trânsito Brasileiro.
- 11.1.12.** Realizar a desinfecção da ambulância antes de sua utilização e sempre que necessário, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 930/1992 do Ministério da Saúde e demais normas.
- 11.1.13.** A empresa, deverá atender as exigências da Portaria 2.048/2002 do Ministério da Saúde e a Resolução SESA nº 358/2015 da Secretaria da Saúde do Paraná.
- 11.1.14.** A empresa deverá manter sempre atualizada licença sanitária do veículo, conforme previsto no Art.3 da Resolução SESA nº 358/2015; Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; Licença de funcionamento da pessoa jurídica fornecida pela vigilância sanitária; Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem e Certificado de inscrição de pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Medicina.
- 11.1.15.** A contratada deverá apresentar a Fundação PTI-BR, sempre que solicitado os documentos a que se referem aos itens 3.2.1 e 3.2.2, deste termo de referência.
- 11.1.16.** Relatar, à Contratante, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.1.17.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.1.18.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;
- 11.1.19.** Nos preços, deverão estar incluídos todas as obrigações, encargos e custos decorrentes da contratação;
- 11.1.20.** Manter contato com a FUNDAÇÃO PTI-BR, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados por escrito,

dentro de 3 (três) dias úteis;

- 11.1.21.** Colaborar, com a fiscalização da FUNDAÇÃO PTI-BR, em qualquer fase da entrega do objeto deste instrumento;
- 11.1.22.** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à FUNDAÇÃO PTI-BR ou a terceiros pelos seus empregados, decorrente de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pela FUNDAÇÃO PTI-BR;
- 11.1.23.** Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas;
- 11.1.24.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado sem a aprovação da Fundação PTI-BR, além do permitido no Termo de Referência;
- 11.1.25.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 11.1.26.** Entregar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.1.27.** Não utilizar, em todas as atividades relacionadas à execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os prestadores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do Contrato;
- 11.1.28.** Os prejuízos ou danos causados pelos seus funcionários aos bens móveis, imóveis, equipamentos e utensílios da Fundação PTI, após comunicação formal do Fiscal do Contrato, deverão ser substituídos por materiais/bens idênticos ou recuperados quando possível, deixando-os em perfeito estado de conservação ou funcionamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 11.1.29.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido na Norma de Compras, Contratações e Aliações da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil (NCCA da Fundação PTI – BR);
- 11.1.30.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) quando for o



caso;

- 11.1.31.** Apresentar à Fundação PTI-BR, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na Fundação para a execução do serviço;
- 11.1.32.** A CONTRATADA deverá realizar a correção dos problemas verificados, no prazo estipulado, posteriormente pela Fundação PTI-BR, a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento dos defeitos;
- 11.1.33.** Cumprir com as demais obrigações previstas neste Termo de Referência;

**11.2. O CREDENCIANTE fica obrigado a:**

- 11.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
  - 11.2.2.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 11.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de colaborador especialmente designado;
  - 11.2.4.** Efetuar o pagamento, à contratada, no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
  - 11.2.5.** Disponibilizar o endereço e-mail e o contato telefônico;
  - 11.2.6.** Permitir o livre acesso, da contratada, às dependências da Fundação PTI – BR, observadas as normas de segurança da Fundação PTI – BR e da Itaipu Binacional, para os casos em que seja requerida a instalação, a substituição ou a devolução do(s) objeto(s);
  - 11.2.7.** Proporcionar as condições necessárias para o pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, isto é, àquelas previstas no Termo de Referência;
  - 11.2.8.** Comunicar, à contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada ao fornecimento dos equipamentos, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas.
- 11.3.** A Fundação PTI – BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento

contratual, bem como por qualquer dano, causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO**

- 12.1.** O interessado em participar do processo de credenciamento, objeto deste edital, deverá entregar, no ato do requerimento, **os documentos constantes no ANEXO III** do Edital, sob pena de desclassificação.
- 12.2.** Os documentos a serem apresentados podem ser em cópia simples, facultando a Fundação PTI-BR, em caso de dúvidas, a realização de diligências para aferir a autenticidade da documentação.
- 12.3.** Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.
- 12.4.** Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem nas regras deste Edital.
- 12.5.** Serão considerados inabilitados os interessados que:
- 12.5.1.** Estejam enquadradas em, pelo menos, um item relacionado no item 10 do edital.
- 12.5.2.** Estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade/profissão, ou possuam qualquer nota desabonadora emitida pelos referidos órgãos.
- 12.5.3.** Não atendam aos requisitos do Edital.

## **13. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

- 13.1.** A entrega de documentos obedecerá duas fases:
- 13.1.1.** Na primeira fase, os interessados em participar do processo de credenciamento inicial, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital até as **18h00min do dia 02/06/2021**.
- 13.1.2.** Na segunda fase, que inicia no dia imediatamente posterior à data supracitada, e permanecerá aberta até o término da vigência do Edital, os interessados em efetuar o credenciamento para o presente objeto, deverão encaminhar a documentação exigida no

**ANEXO III** do edital a qualquer momento dentro da vigência.

**13.2.** Os documentos deverão ser encaminhados para a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Edifício das Águas, Fase II – Telefone: (45) 3576-7463 ou por e-mail no endereço eletrônico [avaliacao.competitiva@pti.org.br](mailto:avaliacao.competitiva@pti.org.br).

**13.3.** Todos os documentos exigidos neste Edital para a instrução do processo de credenciamento deverão ser entregues em um único envelope, no qual conste a seguinte informação:

**FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL**  
Av. Tancredo Neves, 6731 – Parque Tecnológico Itaipu-Brasil  
CEP 85.867-900 – Edifício das Águas, Fase II - Foz do Iguaçu/PR  
**A/C Comitê Permanente de Avaliação Competitiva**  
  
**PROCESSO 0078/2021 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0002/2021**  
  
**DOCUMENTOS INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**  
  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL PRÉ-HOSPITALAR E INTER-HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNDAÇÃO PTI-BR OU EM OUTRO LOCAL NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR**

**13.4.** As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado.

#### **14. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

**14.1.** Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à Habilitação do interessado no credenciamento de que trata este edital.

**14.2.** A análise dos documentos apresentados será realizada pelos membros do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva da Fundação PTI-BR em dois momentos:

**14.2.1.** O primeiro momento compreende a fase inicial de credenciamento, conforme

mencionado no item 13.1.1, onde os documentos serão analisados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data limite para entrega da documentação da fase inicial do credenciamento.

**14.2.2.** O segundo momento, que abrange o período em que o Edital de Credenciamento permanecerá aberto, a documentação será analisada em até 10 (dez) dias úteis a partir do seu recebimento.

**14.3.** Após o recebimento da documentação, pelos membros do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva da Fundação PTI-BR, caso seja identificada qualquer inconformidade com as exigências deste Edital por parte dos interessados, estes serão inabilitados.

## **15. DA DILIGÊNCIA**

**15.1.** É dever do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva ou do comprador negociador, em qualquer fase do processo de seleção de fornecedores, promover as diligências necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na proposta, na documentação de habilitação ou complementar à instrução do processo, conforme a Norma de Compras, Contratações e Alienações da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil (NCCA da Fundação PTI – BR).

**15.2.** Será admitido que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam com a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica aos documentos já existente na data da apresentação do requerimento de credenciamento.

**15.3.** Poderão ser objeto de saneamento os erros formais e os materiais irrelevantes, em relação aos documentos para a habilitação.

**15.4.** Os fornecedores notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo membro do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva, sob pena de desclassificação/inabilitação.

## **16. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

**16.1.** Os resultados das pessoas jurídicas credenciadas serão publicados no endereço eletrônico [www.pti.org.br](http://www.pti.org.br), em dois momentos:

**16.1.1.** Ao término da análise dos requerimentos de credenciamento da primeira fase; e

**16.1.2.** À medida que a análise documental for concluída, considerando os requerimentos de

credenciamento recebidos após a data mencionada no item 13.1.1.

## **17. DOS RECURSOS**

- 17.1.** Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação entregue no ato da inscrição, apresentando suas razões devidamente fundamentadas por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do dia subsequente à data da publicação do resultado no site da Fundação PTI-BR ficando, nesse período, autorizados a obter vistas ao processo junto a Fundação PTI-BR na sede da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Edifício das Águas, Fase II – Telefone: (45) 3576-7234.
- 17.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o item anterior. As contrarrazões cabem apenas na fase posterior à fase inicial, e poderão ser apresentados apenas por empresas credenciadas nas condições presentes neste Edital.
- 17.3.** Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos aqui referidos, inciam-se e expiram-se exclusivamente em dias úteis no âmbito da Fundação PTI-BR.
- 17.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja proferida a decisão final.
- 17.5.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.6.** A Fundação PTI-BR comunicará o resultado do recurso interposto disponibilizando-o no endereço eletrônico [www.pti.org.br](http://www.pti.org.br).

## **18. DO SORTEIO**

- 18.1.** Após a divulgação do resultado da fase inicial, e transcorrido os prazos recursais, será agendada, com a devida publicidade, a data para realização do sorteio para definição da ordem classificatória das empresas credenciadas nessa fase.
- 18.1.1.** No caso de haver um único credenciado fica dispensada a utilização do sorteio.
- 18.2.** A forma para a realização do sorteio, será com a colocação, em um único recipiente, de papéis cortados em tamanho único, dobrados e previamente preenchidos com o nome dos credenciados, onde os próprios credenciados serão convidados a efetuar o sorteio.
- 18.3.** Em cada retirada para a definição da sequência, deverá ser mostrado, e lido em voz alta, o nome do credenciado sorteado, a todos os presentes, com posterior registro em ata pelo Comitê Permanente de Avaliação Competitiva.
- 18.4.** Da Sessão do Sorteio, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelos Membros do Comitê Permanente de Avaliação Competitiva, e por todos os presentes.
- 18.5.** A ordem de sorteio desses nomes estabelecerá uma ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, assim, sucessivamente.
- 18.6.** Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.

## **19. DA CONTRATAÇÃO**

- 19.1.** As empresas que atenderem aos requisitos deste edital e seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada de acordo com o **ANEXO III** do edital serão consideradas

CREDENCIADAS a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR, respeitando-se a alternatividade entre os credenciados para contratação.

- 19.2.** A CREDENCIADA atuará mediante convocação e em razão da necessidade da Fundação PTI-BR;
- 19.3.** A execução dos serviços será iniciada após a emissão pela Fundação PTI-BR do documento Ordem de Serviço (OS), devidamente aprovada pelo representante da Fundação PTI-BR e com rubrica do representante da CONTRATADA.
- 19.4.** Em função das necessidades da Fundação PTI-BR, a Ordem de Serviço (OS) poderá ser comunicada por meio eletrônico à CREDENCIADA e formalizada posteriormente com a emissão do documento datado e assinado pela área solicitante.
- 19.5.** A Ordem de Serviço (OS) será encaminhada pela Fundação PTI-BR à CREDENCIADA com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 19.6.** A Ordem de Serviço (OS) deverá especificar o escopo do trabalho a ser executado, contendo:
- I. Identificação do trabalho (título e numeração);
  - II. Data de Solicitação;
  - III. Local da ocorrência do serviço;
  - IV. Enquadramento dos serviços, conforme escopo do Termo de Referência;
  - V. Detalhamento do pedido e características técnicas, bem como prazos e outras especificações de entrega, a critério da Fundação PTI-BR.

- 19.7.** Eventuais alterações quanto ao detalhamento especificado na Ordem de Serviço (OS) deverão ser acordadas entre as partes e, devidamente, registradas por escrito em documentos anexos à Ordem de Serviço (OS).
- 19.8.** A rubrica do representante da CONTRATADA configura recebimento e aceitação das instruções expressas na Ordem de Serviço (OS) e em seus anexos.
- 19.9.** A contratada considera-se, perfeitamente, informada das condições pactuadas, bem como totalmente informada quanto ao local, data e horários onde serão executados os serviços.
- 19.10.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Fundação PTI – BR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 19.11.** Os serviços deverão ser verificados pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 19.12.** Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo de xx dias Úteis/corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 19.13.** Os serviços serão recebidos imediatamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 19.14.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



substituídos, imediatamente a contar da notificação da CONTRATADA, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 19.15.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 19.16.** A realização do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 19.17.** A Contratada deverá elaborar e fornecer junto ao processo de pagamento um relatório detalhado dos atendimentos e encaminhamentos realizados para cada ordem de serviço.
- 19.18.** A Contratada deverá manter na ambulância a disposição da fiscalização, bem como fornecer junto ao processo de pagamento o Termo de Responsabilidade Técnica do profissional responsável (COREN ou CRM) de cada Ordem de Serviço.
- 19.19.** Todas as despesas com a execução dos serviços (tais como: mão de obra, transporte, hospedagem, alimentação, entrega, encargos, impostos de qualquer natureza), incidentes sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa CONTRATADA.

## **20. DA ALTERNATIVIDADE ENTRE OS CREDENCIADOS**

- 20.1.** A solicitação dos serviços será conforme a necessidade e conveniência da Fundação PTI-BR, sendo respeitada a alternatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Fundação PTI-BR na determinação da demanda por credenciado.
- 20.2.** Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá mediante o sistema de rodízio, iniciado por sorteio. Todos os nomes credenciados dentro prazo inicial de envio de documentos estipulado no item 13.1.1 deste edital, serão sorteados. A ordem de sorteio desses nomes estabelecerá a ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, assim, sucessivamente.
- 20.3.** Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.
- 20.3.1.** Para não haver interpretações dúbias, e buscando mitigar o surgimento de dúvidas

quanto a ordem de credenciamento, vejamos o exemplo a seguir:

### 20.3.2.

- a) Na fase inicial de credenciamento, foram credenciadas 03 (três) empresas: "A", "B" e "C"  
b) Após o sorteio a ordem de credenciamento ficou assim:

**1º lugar: empresa "A"**

**2º lugar: empresa "B"**

**3º lugar: empresa "C"**

c) Logo após o credenciamento, foi demandado um serviço, executado pela empresa "A", credenciada em 1º lugar.

d) Tempos mais tarde, a empresa "D" requereu o credenciamento que, após trâmites, foi deferido.

e) Com o credenciamento da empresa "D", a ordem ficou assim:

**1º lugar: empresa "A" (executou a primeira demanda)**

**2º lugar: empresa "B"**

**3º lugar: empresa "C"**

**4º lugar: empresa "D"**

**OBSERVAÇÃO:** Note que apesar da empresa "D" ser credenciada após ocorrido prestação de serviços por parte da empresa "A", esta será acionada após a empresa "C" prestar o serviço, pois o rodízio não leva em consideração se já houve demanda para a ordenação de novos credenciados.

**20.4.** O critério que será utilizado no rodízio é a alternância de credenciados por solicitação de serviço, ou seja, o mesmo credenciado não poderá atender duas solicitações em sequência.

**20.5.** O sorteio será realizado na Fundação PTI-BR com divulgação prévia da data e o resultado será disponibilizado no site [www.pti.org.br](http://www.pti.org.br).

## 21. DA SUBCONTRATAÇÃO

**21.1.** Não serão permitidas subcontratações.

## **22. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 22.1.** A Fundação PTI-BR realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de fiscalização das atividades correlatas, sob responsabilidade da área de **Gestão de Pessoas (GP.DAF)**, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.
- 22.2.** Os usuários dos serviços poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços, informando à área gestora para que sejam tomadas as providências cabíveis.

## **23. DO PAGAMENTO**

- 23.1.** O pagamento do (s) item (ns) será efetuado de acordo com o padrão da Fundação PTI, em até 15 (quinze) dias corridos, a contar do aceite da nota fiscal, lembrando que a nota fiscal somente deve ser emitida após a validação do fiscal do contrato aos documentos solicitados
- 23.2.** O pagamento dos serviços está condicionado às execuções pela CONTRATADA, a aprovação pela Fundação PTI - BR, bem como à entrega da documentação, completa, exigida para liberação do pagamento, conforme segue:
- 23.2.1** Entrega do relatório dos serviços contratados e a documentação do responsável técnico, conforme descrito no item 3.3.17 e 3.3.18;
  - 23.2.2** Envio da GFIP (apresentando o RE que conste ao menos o nome do colaborador que efetuou o serviço e as suas duas últimas páginas, onde constam os tributos);
  - 23.2.3** Guias de comprovante de pagamento de FGTS e INSS, bem como folha de pagamento do empregado que efetuou o serviço pela terceirizada;
  - 23.2.4** Quando executável, deve fornecer também o TRCT e comprovante de pagamento das verbas rescisórias.

- 23.3.** O pagamento para contratada será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido no edital. É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.
- 23.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao CREDENCIADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 23.5.** Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900 – Bairro Itaipu – Foz do Iguaçu-PR.
- 23.6.** Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: [nfeletronica@pti.org.br](mailto:nfeletronica@pti.org.br)
- 23.7.** Nos documentos fiscais, deverão constar: o número do pedido de compras, número do convênio (quando aplicável), a descrição detalhada dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços (quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu – PR) e o destaque das retenções de tributos (quando aplicáveis)
- 23.8.** A CONTRATADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI – BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.
- 23.9.** Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento do documento fiscal no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI - BR, dos respectivos documentos faltantes.
- 23.10.** A Fundação PTI - BR poderá, ao seu critério, deduzir (dos pagamentos devidos à CONTRATADA) valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste instrumento contratual.

## **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 24.1** São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I.** Não atender, sem justificativa, à convocação para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente
  - II.** Apresentar documento falso
  - III.** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de seleção de fornecedores
  - IV.** Afastar ou procurar afastar participante, por meio da violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo
  - V.** Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico
  - VI.** Incorrer em inexecução contratual
- 24.2.** Para toda e qualquer ofensa aos deveres contratuais, poderão ser aplicadas, à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:
- I.** Advertência para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Contratante.
  - II.** Multa Moratória, equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado no instrumento contratual, por dia de atraso.
  - III.** Multa compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a avaliação competitiva, sem prejuízo de rescisão unilateral da avença.
  - IV.** Suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR por até 2 (dois) anos;
- 24.3.** Considera-se, como inexecução total do instrumento contratual, o não comparecimento para executar o serviço de uma modalidade contratada, por mais de 02 (duas) horas;
- 24.4.** Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
----------	---------------

Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	12 (doze) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	24 (vinte e quatro) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	12 (doze) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	12 (doze) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

**24.4.1.** A sanção de suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

**24.5.** As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, em decorrência dos seguintes termos:

- I.** Quando restar comprovado que o fornecedor ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- II.** Quando restar comprovado que o fornecedor tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- III.** Quando o fornecedor, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
- IV.** Quando restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

- 24.6.** As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.
- 24.7.** A Fundação PTI-BR poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassarem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste Contrato.
- 24.8.** Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI-BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.
- 24.9.** As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 2 (dois) anos poderão ser aplicados juntamente as sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI-BR decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.
- 24.10.** A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu o PRESTADOR tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.
- 24.11.** A Fundação PTI-BR reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos ao PRESTADOR as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- 24.12.** As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade do PRESTADOR por perdas e danos que causar à Fundação PTI-BR.
- 24.13.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste processo de credenciamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.
- 24.14.** A aplicação das penalidades previstas poderá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao PRESTADOR, observando-se a Norma de

Compras, Contratações e Alienações da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil (NCCA da Fundação PTI – BR).

**24.15.** A CREDENCIADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

**24.16.** Da decisão final cabe recurso.

**24.17.** A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a Fundação PTI-BR rescinda, unilateralmente, o Contrato.

**24.18.** Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, observando-se a Norma de Compras, Contratações e Alienações da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil (NCCA da Fundação PTI – BR).

**24.19.** No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI-BR, a CREDENCIADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- a) Multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente.
- b) Juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

## **25. DO DESCREDENCIAMENTO**

**25.1.** O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o CREDENCIADO pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, o CREDENCIADO ou a FUNDAÇÃO PTI-BR podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência ou na legislação pertinente.

**25.2.** O CREDENCIADO que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**25.3.** A Fundação PTI-BR pode, a qualquer momento, solicitar um descredenciamento se:

**25.3.1.** Após haver confirmado recebimento de mensagem da Fundação PTI-BR da área de



**Gestão de Pessoas (GP.DAF)** solicitando a execução de um trabalho e ter afirmado sua execução, o CREDENCIADO deixar de executá-lo;

**25.4.** O CREDENCIADO se recusar, por 3 (três) vezes, a prestar o serviço sem justificativa plausível.

**25.5.** O não-cumprimento das disposições mencionadas no Termo de Referência poderá acarretar o credenciamento do credenciado, garantindo o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

**25.6.** Fica facultada a defesa prévia do credenciado, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de credenciamento.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1.** A Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (13.709/2018), esclarece que a proposta comercial e documentos de habilitação dos fornecedores poderão ser disponibilizados para outros participantes do processo de contratação tendo em vista o direito destes em obter vistas dos elementos do processo indispensáveis à defesa de seus interesses

**26.2.** Todas as despesas, encargos, fretes, impostos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações sociais e previdenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa vencedora.

**26.3.** Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

**26.4.** Durante todo o período de credenciamento, a empresa credenciada deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto a Fundação PTI-BR.

**26.5.** Para dirimir quaisquer dúvidas, o fornecedor poderá entrar em contato com o Comitê Permanente de Avaliação Competitiva, pelo e-mail [avaliacao.competitiva@pti.org.br](mailto:avaliacao.competitiva@pti.org.br).

**26.6.** As perguntas e respostas estarão disponíveis a todos os fornecedores no site <https://www.pti.org.br/avisos-de-editais>, e constituirão parte integrante deste Edital.



**PTI**

Parque Tecnológico  
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18  
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731  
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR  
Tel. (45) 3576-7200  
[www.pti.org.br](http://www.pti.org.br)

## **27. DO FORO**

- 27.1.** Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Foz do Iguaçu, 20 de Maio de 2021.

(Assinado Digitalmente)

**Eduardo Castanheira Garrido Alves**

Diretor Superintendente

(Assinado Digitalmente)

**Flaviano da Costa Masnik**

Diretor Administrativo-Financeiro

(Assinado Digitalmente)

---

**Ingrid Schwarz**

Comitê Permanente de Avaliação Competitiva